

**“APOSTILADOS, FASCÍCULOS OU LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA? - UM BREVE PANORAMA DO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO”.**

Roberta Caroline Silva SALOMÃO  
(Orientadora): Profa. Dra. Roxane Helena Rodrigues Rojo

**RESUMO:** O presente trabalho de iniciação científica Pibic/UNICAMP, como sugere o próprio título, busca estudar a partir do âmbito da lingüística aplicada, a atual configuração do ensino de língua portuguesa no ensino médio brasileiro no que se refere aos materiais didáticos utilizados. Tendo em vista que essa fase da educação básica pública só a partir de 2004 passou a contar com a distribuição gratuita de livros didáticos pelo governo e que, em contrapartida, redes de ensino privadas possuem um histórico de produção de apostilados e fascículos, destinados ao ensino médio, muito anterior a essa data (os quais muitas vezes “migraram” e “migram” para as escolas públicas), é que se busca aqui tentar compreender a configuração de duas coleções de apostilados/fascículos, nomeadamente *Anglo* e *Pueri Domus*; ao mesmo tempo em que se almeja entender o porquê do surgimento e crescente utilização desses e o seu futuro encaminhamento.

Para um breve histórico do Ensino Médio brasileiro, podemos dizer que foi a partir da reconfiguração da Constituição Brasileira, em 1988, que se impôs a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade do Ensino Médio. Mas foi somente a partir de 1996 que esse prolongamento do ensino básico se tornou impositivo:

Pode-se afirmar, sem nenhum exagero, que os anos 90 caracterizaram-se como a década da democratização do acesso ao ensino médio (BRASIL-MEC, 2001, p. 71).

Entretanto, ainda que já fosse considerada uma conquista incluir na educação básica pública o chamado segundo grau, na época ainda almejava-se, em certas esferas ideológicas, sobretudo:

(...) não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime (LOPES, R. E., 2006, p. 123, apud MARCÍLIO, 2005, p. 193).

Dessa forma, esperava-se que o Ensino Médio viesse por auxiliar a combater o problema social de tráfico e da violência vigentes nos ambientes juvenis das camadas populares. Sendo que *a regeneração pelo trabalho era o lema dessas escolas* (LOPES, R. E., 2006, p. 122). Instaurava-se então, a dualidade entre escola secundária/superior pra as elites e a escola primária/profissional para as classes baixa/média.

Hoje em dia, porém, as discussões que se estabeleciam acerca de qual seria o verdadeiro “papel” do Ensino Médio brasileiro (se deveria oferecer um ensino com caráter de terminalidade/ profissionalizante ou se deveria ser voltado ao prosseguimento dos estudos em nível superior) não são mais pertinentes, uma vez que a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação passou a deixar explícito, em seu artigo 22, que o Ensino Médio deve *desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores*.

Sendo assim, já deveria ser consenso geral que essa etapa de ensino nas escolas públicas, ao mesmo tempo em que deve se preocupar com a formação do cidadão, não pode esquecer a existência de exames, dentre eles os vestibulares, tendo em vista que a possibilidade de acesso às universidades públicas pelos alunos das “classes menos favorecidas” é indispensável para falarmos em uma relação, ainda muito difícil de ser atingida, de igualdade entre o ensino público e o privado.

Essa situação desigual de ambos os ensinos pode ser verificada, por exemplo, quando observamos os resultados do ENEM 2006 (Exame Nacional do Ensino Médio): *Enem 2006: estudantes acertam 36% da prova objetiva; escola pública “perde” em todo o Brasil (...) os de escolas públicas obtiveram média de 34,94 na prova objetiva e 51,23 na de redação. Os de escolas particulares obtiveram média 50,57 na parte objetiva e 59,77 na redação* (Folha online, 07/02/2007), a partir dos quais podemos verificar que o Ensino Médio público está longe de possuir o mesmo nível de ensino das escolas particulares, mas a partir dos quais podemos constatar também que, do mesmo modo, o Ensino Médio nas escolas particulares carece de muitas melhorias. Estudar, assim, os materiais produzidos pelo ensino privado, contribui para se compreender a configuração do Ensino Médio no Brasil.

Inúmeros são os motivos para esse atual cenário da educação, entretanto, é interessante observarmos que o Ensino Médio público, como já dito anteriormente, vigora há apenas pouco mais de uma década e que recentes são as atenções então voltadas para esse nível de ensino. A citar, por exemplo, a data de 1997 para a criação do ENEM; de 1999, para o surgimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) e de 2003/2004, para a criação/implementação do Programa Nacional do Livro Didático de Ensino Médio (PNLEM), que possibilitou a distribuição gratuita de

livros didáticos para os colégios públicos de Ensino Médio, depois de esses terem sido aprovados pela avaliação da comissão do PNLEM, formada, em sua maioria, por docentes da academia. Dessa forma, o Ensino Médio público somente há três anos passou a contar com livros didáticos; antes disso, ficava a cargo dos professores a produção do material a ser levado para a sala de aula. Vigoravam assim, nas escolas públicas, certas “apostilas caseiras” preparadas pelos professores, muitas vezes a partir ou de recortes de livros didáticos ou de materiais didáticos das escolas da rede privada, com os quais trabalhava-se concomitantemente (daí a “migração” dos materiais das redes privadas para a escola pública). Em paralelo a isso, nas escolas da rede privada - que por sua vez utilizavam livros didáticos -, os professores começaram a sentir a necessidade de produção de um material complementar aos livros didáticos, a fim de não ficarem subjugados apenas ao conteúdo estipulado pelos autores dos livros didáticos:

A apreciação de valor sobre o professor está dada na estratégia discursiva que o apaga irremediavelmente do livro do aluno, que poderia ser um estudo dirigido pelo autor (...) (BUNZEN, C. & ROJO, R., 2005, p.100)

Segundo Batista (2002), foi devido à difusão de um discurso de que os livros didáticos criariam uma dissociação entre aqueles que executam o trabalho pedagógico - os docentes - e aqueles que o concebem, planejam e estabelecem as suas finalidades – os autores de livros didáticos e as grandes editoras – e à idéia de que essa dissociação constituiria numa diminuição das exigências de formação e preparo docentes, que muitas escolas e professores passaram a produzir seu próprio material didático e, posteriormente, a vendê-lo aos alunos, seja na forma de apostilas, seja na forma de folhas avulsas a serem colecionadas (fichários). Enquanto que, por um lado, os professores das escolas públicas produziam suas “apostilas”, os professores das escolas particulares, por outro, também o faziam a título de complementaridade.

A partir daí, iniciou-se a produção dos apostilados no Brasil. E posteriormente, as chamadas por Batista “imprensas escolares” das redes privadas de ensino, acabaram por se transformar em grandes redes-editoras que passaram a vender os materiais didáticos produzidos; primeiramente para os alunos das escolas que levavam seu nome e, posteriormente, também para as escolas conveniadas/associadas, que começaram a utilizar seu método de ensino.

Segundo Hélder Pinheiro (2006, p.114):

Algumas apostilas de grandes grupos de escolas particulares são, de fato, livros didáticos também. E alguns deles são verdadeiras colagens de outros livros. Elaborar o próprio material, como dizem fazer algumas escolas

particulares, é, de fato, copiar diferentes livros, exercícios, teorias, exposições e sínteses...

De fato, muitas dessas apostilas/fascículos produzidos pela rede privada já exercem a mesma função dos livros didáticos e não mais complementam os livros, mas os substituem por completo em muitas escolas (inclusive, como será mostrado adiante, nas escolas da rede pública). Entretanto, não é mais pertinente dizer, hoje, que essas redes de ensino continuam a montar seus materiais a partir de recortes de livros, exercícios... Algumas redes de ensino, como o *Sistema Anglo de Ensino* e o *As Escolas Associadas Pueri Domus*, por exemplo, apresentam cada qual um histórico particular de elaboração de seus materiais, como veremos a seguir.

Ambas as coleções foram escolhidas para constituir o *corpus* de análise da presente pesquisa, devido ao fato de apresentarem propostas metodológicas bastante diferenciadas, além de possuírem grande alcance de escolas/alunos na região de São Paulo e metropolitana de Campinas: *as Escolas Associadas Pueri Domus* com cerca de 165 escolas associadas pelo Brasil, sendo que dessas, 40 são escolas com Ensino Médio e o *Sistema Anglo de Ensino* contando com cerca de 600 escolas e cursinhos associados pelo Brasil e desses, cerca de 200 escolas com Ensino Médio.

As metodologias de análise da presente pesquisa se constituem de entrevistas realizadas com os responsáveis pelos sistemas de ensino e da análise quantitativa e qualitativa, com a criação de uma base de dados que conta com as seguintes divisões: coleção analisada, série de ensino da apostila/fascículo, título da apostila/fascículo, autores, parte (teórica/atividades/exercícios), divisões da apostila (todos os tópicos, subtópicos e textos - incluindo as imagens), página, breve resumo, conteúdos abordados, gêneros, esferas, autores e origem dos textos e análise qualitativa visando à descrição das metodologias de ensino e da apresentação dos conteúdos, assim como da forma de aplicação dos conteúdos nos exercícios e atividades. Tendo em vista que o projeto iniciou-se em agosto de 2006, até o presente momento as planilhas para análise quantitativa/qualitativa ainda estão sendo estruturadas. Desse modo, os dados apresentados aqui são frutos principalmente das informações obtidas nas entrevistas.

As *Escolas Pueri Domus* originaram-se com o foco no ensino infantil e fundamental e utilizavam livros didáticos convencionais. Em 1994, criaram-se as *Escolas Associadas Pueri Domus*, uma rede de ensino que passaria a produzir/oferecer materiais didáticos e suporte pedagógico para escolas conveniadas. Com a crescente procura pelo Ensino Médio, expandiu seu ensino também para o então chamado segundo grau e continuou a utilizar livros didáticos para essa série de ensino. Sentindo-se insatisfeitos, porém, com os

livros que se encontravam no mercado - uma vez que almejavam a um material alternativo que possuísse uma perspectiva cultural - passaram a produzir apostilas provisórias, em preto e branco, *quase que artesanais* (segundo o sr. Lílio Paoliello – diretor de conteúdo das Escolas Associadas *Pueri Domus*), a fim de servir como complementação para os professores em sala de aula.

Em 1999, essa rede organizou o debate “Os novos rumos do Ensino Médio, diretrizes e perspectivas para a elaboração de materiais pedagógicos”, que contava com profissionais de diferentes áreas do ensino (a sua maioria professores da USP), incluindo jornalistas da TV Cultura, professores da própria rede *Pueri Domus* e empresários, entre outros.

A proposta era se pensar qual seria o *Ensino Médio dos seus sonhos*, qual o “tipo” de ensino que se vislumbrava para o Ensino Médio. A partir das discussões instauradas, surgiu a proposta de se fazer uma coleção totalmente interdisciplinar, proposta essa que teve que ser abandonada devido à dificuldade dos cerca de 150 autores de todas as áreas se encontrarem para discutir o projeto. A solução encontrada foi, então, dividir os materiais em grandes áreas do conhecimento e, em 2000/2001, foi realizada a confecção dos chamados “fascículos” das áreas de Linguagens e Códigos e suas Tecnologias (LCT); Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias (CNMT) e Ciências Humanas e suas Tecnologias (CHT) (1ª publicação brasileira por áreas de conhecimento) e, paralelamente, se desenvolvia o projeto piloto de testagem do material em sete escolas dessa Rede.

O material para a área de LCT foi coordenado pela prof<sup>ª</sup> Dra. Beth Brait (do Departamento de Linguística da PUC-SP) e teve a participação de 26 autores para a confecção dos 24 fascículos temáticos, sendo que, desses, apenas uma autora não possuía vínculo com universidades. Entretanto, a partir da testagem dos materiais, foi detectada a dificuldade dos professores do Ensino Médio em utilizarem o material produzido pelos professores universitários, já que os conteúdos a serem trabalhados não eram explícitos e não havia exercícios (somente atividades). Dessa forma, foram criados os Cadernos de Exercícios, confeccionados por professores do próprio Ensino Médio das escolas *Pueri Domus* – que haviam participado dos debates sobre a configuração do Ensino Médio em 1999. Por último, foram criados também para cada fascículo, Cadernos de Orientações aos Professores, todos escritos por uma única autora.

No caso do *Sistema de Ensino Anglo*, esse iniciou-se em 1932 – com o curso Anglo-Latino preparatório para o vestibular, criado pelo estudante de engenharia Celestino Rodrigues que havia ingressado em 1ª ligar na Poli-USP e por Leo Bonfim, professor da Poli, que preparava candidatos para o vestibular. Em 1947, iniciou-se a produção dos primeiros fascículos teóricos voltados para o cursinho e os primeiros simulados; além de “O Anglo Resolve”, publicação

com resoluções e comentários das questões dos principais vestibulares.

Na década de 70, surgem as apostilas-caderno com conteúdo resumido e exercícios também voltadas para o cursinho. Nos anos 80, inicia-se a produção de material didático para o segundo grau, confeccionados pelos professores de nível universitário, que possuíam vínculo com o Anglo, conjuntamente com os professores de Ensino Médio.

Nos anos 90, cresce o interesse na expansão do ensino também para as séries do Ensino Fundamental e inicia-se a confecção de material para o Ensino Fundamental e Infantil, criando-se paralelamente, a Rede de Ensino *Anglo*, que passou, em pouco tempo, a possuir escolas parceiras em todo o país. A configuração dos materiais *Anglo* apresenta doze volumes teóricos, sendo quatro de Literatura – escritos por dois autores; quatro de Gramática e Texto – escritos por um autor; e quatro de Redação – confeccionados por dois autores. Os cinco autores dos livros teóricos seguem carreira acadêmica e possuem vínculo com o *Sistema Anglo de Ensino*. Além desses, há doze volumes de Cadernos de Exercícios (quatro cadernos por ano do Ensino Médio) e doze apostilas-caderno (com resumos pontuais e exercícios). A maioria dos livros-texto acaba tendo a finalidade de consulta, já que os alunos utilizam principalmente as apostilas-cadernos e os livros de exercícios (sendo a maior parte desses, exercícios de vestibulares). Acredita-se bastante no papel do professor em sala de aula e muitos das atividades/trabalhos e temáticas de redação são propostos pelo educador.

A partir dessas informações obtidas nas entrevistas, já é possível constatar alguns pontos importantes: o primeiro deles é que houve um movimento muito interessante no Ensino Médio privado nas últimas décadas: enquanto que escolas de Ensino Fundamental ampliavam-se para atender ao Ensino Médio, os cursinhos e colégios de Ensino Médio ampliavam-se também para atingir o Ensino Fundamental. Daí pode-se inferir as diferentes abordagens de ensino de cada rede. Outro ponto importante é a questão da autoria múltipla e “conjunta” dos fascículos e apostilados. No caso do *Pueri Domus*, em um mesmo fascículo, há os autores(es) dos fascículos teóricos com atividades – acadêmicos; os autores dos Cadernos de Exercícios (que, muitas vezes, não estabelecem relações eficazes com os fascículos teóricos) – professores de Ensino Médio; e a autora do Caderno de Orientação ao Professor, que, por sua vez, também interpreta ao seu modo como utilizar cada uma das partes anteriores. Isso sem citar a co-autoria dos diagramadores, revisores e responsáveis gráfico-editoriais (já que os fascículos devem ter a mesma quantidade de páginas e as mesmas subdivisões).

Em relação ao *Anglo*, observa-se também professores universitários como autores dos livros teóricos, só que dessa vez, professores que, além da carreira acadêmica, estabelecem vínculo com a rede de ensino. Da mesma forma, os

Cadernos de Exercícios também são produzidos, em sua maioria, por próprios professores de Ensino Médio do *Anglo*. Como a diagramação é menos estipulada, os autores possuem um pouco mais de autonomia para estabelecer quais conteúdos abordar, em quais subdivisões e em quantas páginas.

Outra questão importante é a diferenciação feita pela rede de ensino *Pueri Domus*, ao afirmar que seus materiais não são “simples apostilados” - trazendo nesse ponto, à tona, a imagem de “apostilados” como os antigos materiais “caseiros”, confeccionados artesanalmente pelos professores -, mas sim de “fascículos”, que possuem segundo sr. Lilio Paoliello, um maior nível de aprofundamento teórico, maior cuidado gráfico, cujas imagens também possuem função de texto, cujas atividades não são meros exercícios reproduzidos e que seguem uma metodologia de projetos, baseada também nos PCNEM, com conteúdos e temas contextualizados.

Uma vez já compreendido e verificado brevemente o porquê do surgimento dos apostilados/fascículos e como esses são configurados, é importante agora constatar qual está sendo a circulação desses materiais.

Já há algum tempo as redes de ensino privadas estão estabelecendo convênios com prefeituras, a citar a *As Escolas Associadas Pueri Domus* estabelecendo convênios com a prefeitura de Louveira, por exemplo, para o fornecimento de materiais didáticos e apoio pedagógico à formação de professores e com o estado da Bahia para um curso à distância de formação de professores e a *Rede de Ensino Anglo* também estabelecendo convênios com prefeituras as quais preferiram não identificar.

Ao mesmo tempo, professores da rede pública estão deixando de lado os materiais didáticos fornecidos pelo governo (através do PNLD e do PNLEM) e estão se voltando para produzir apostilados, só que dessa vez, de uma forma conjunta com outros professores e partindo de uma iniciativa das próprias prefeituras:

***Prefeitura realiza cerimônia de entrega do material didático***

*Agora os professores terão participação efetiva, porque a construção do caderno acontece em conjunto com os professores e a editora. O novo material permite que os professores dêem sugestões de textos e atividades para a apostila*

**(...) O material didático foi todo elaborado com base na história de Vinhedo para se aproximar da realidade dos alunos, mas que não fica só na história do município, traz excelentes textos de autores conhecido como Ruth Rocha e pinturas, como telas de Van Gogh (Jornal de Vinhedo 17/03/2007)**

*No entanto, os livros que foram enviados pelo Ministério da Educação (MEC), por meio de um programa do Governo Federal, ainda estão em Vinhedo, estocados em um depósito na Escola Municipal Pica-Pau Amarelo (Jornal de Fato, 22/03/2007).*

Se “antigamente” esperávamos que caberia às prefeituras/estados recorrerem às universidades para realizar a formação continuada de seus professores, atualmente vê-se um quadro diferenciado: as grandes redes de ensino fazendo convênios com as prefeituras e passando a se responsabilizar conjuntamente pelo sistema de ensino dessas escolas públicas.

A respeito da utilização dos materiais das grandes redes de ensino as opiniões se dividem. Para a socióloga e educadora Eloísa Mattos Höfling, do Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas e Educação da Faculdade de Educação da Unicamp:

Acho que existe um risco muito grande nesse esquema, que funciona quase como um franchising (...) O material uniformizado pode levar a uma relação tecnicista com a educação (28/09/2004 “Escola em larga escala”)

Da mesma forma, Clécio Bunzen (2001, p. 44) acredita que *O professor mesmo que queira não consegue ir muito além das aulas determinadas pelo sistema ...*

Em contrapartida, para o economista Cláudio de Moura e Castro, ex-diretor da área de educação do Banco Interamericano de Desenvolvimento e consultor pedagógico no Sistema Pitágoras, os sistemas privados de ensino estão fazendo o que as Secretarias de Educação deveriam fazer, mas não fazem, ou seja, cuidar do planejamento minucioso da educação que vai ser oferecida desde as aulas até o material didático.

O sucesso dessas redes privadas deve-se ao fato de elas terem um projeto pedagógico eficiente, prestarem assessoria de qualidade e darem apoio para as escolas crescerem, sustenta o economista (Folha UOL, 28/09/2004).

Alguns questionamentos tornam-se então inevitáveis: o que acaba tendo maior relevância nesse processo de produção de material didático: autores com conhecimento acadêmico que produziram apostilados/fascículos em “larga escala” ou a prática de ensino dos professores de Ensino Médio que poderiam ficar “mais próximos” da confecção dos materiais didáticos e tentar criar materiais sócio-culturalmente contextualizados para os alunos? Tendo em vista que algumas redes de ensino também almejam participar do processo de seleção do PNLEM, como as Escolas Associadas *Pueri Domus*, serão os livros didáticos trocados por apostilados até em escolas públicas?

Não tenho a intenção, nesse momento, de responder a essas perguntas, mas considerando-se que a formação dos professores da rede pública infelizmente ainda hoje deixa muito a desejar, questiono-me sobre a qualidade dos materiais produzidos pelas prefeituras. Além disso, é difícil considerar que “todos” os professores da rede pública vão conseguir chegar até o “patamar de autores”.



Entretanto, é válido se pensar na produção de materiais contextualizados para os alunos.

À guisa de conclusão, ainda que a presente pesquisa esteja em fase de desenvolvimento, alguns indícios acerca da configuração do Ensino Médio brasileiro podem ser apontados: das antigas “imprensas escolares” resultam hoje grandes Redes de Ensino e suas editoras; a utilização de materiais apostilados/fascículos pelas escolas privadas e paulatinamente pelas escolas públicas é crescente; apostilados/fascículos feitos por acadêmicos acabam por ser usados “indevidamente” e, por fim, a produção desses materiais nas redes privadas, acaba por ter que mesclar professores de ensino superior e professores de formação básica.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2001). *Relatório da República Federativa Brasileira sobre o cumprimento das metas emanadas da Cúpula Mundial pelas crianças*. Brasília.
- LOPES, R. E. et al. (2006). *Adolescência e juventude de grupos populares urbanos no Brasil e as políticas públicas: apontamentos históricos*, Revista “HISTEDBR” On-line, Campinas, n.23, p.114-130, set.2006 –ISSN: 1676-2584  
<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L9394.htm> (acessado dia 27/04/2007)  
<http://noticias.uol.com.br/educacao/especiais/ult1811u152.jhtm>
- BUNZEN, C. & ROJO, R. (2005). *Livro didático de Língua Portuguesa como gênero do discurso*, p.100 apud COSTA VAL, M. & MARCUSCHI, B. (2005). *Livros didáticos de Língua Portuguesa: letramento e cidadania*. Autêntica / Ceale, BH.
- BATISTA, A. A. G. (2002). *Um objeto variável e instável: Textos, Impressos e Livros didáticos*. Apud ABREU, M.(2002) *Leitura, História e História da Leitura*. Mercado de Letras, Campinas.
- PIHEIRO, H. (2006). *Reflexões sobre o livro didático de literatura*, p.114 apud BUNZEN. C. & MENDONÇA. M. (orgs.) (2006) *Português no Ensino Médio e Formação do Professor*. Parábola Editorial, SP.  
Jornal de Vinhedo 17/03/2007  
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/ult1063u920.shtml> (acessado dia 27/04/2007)
- BUNZEN, C.(2001). *O Antigo e o novo testamento: livro didático e apostila escolar*. Universidade Federal de Pernambuco, PE.  
<http://www.jdefato.com.br/noticia.php?id=2671&&cat=99> (acessado dia 27/04/2007)
- BUNZEN. C. & MENDONÇA. M. (orgs.) (2006). *Português no Ensino Médio e Formação do Professor*. Parábola Editorial, SP.